

2019

Proposta para Reunião de Câmara de 28/11/2019



Lançamento da Derrama a aplicar sobre o lucro tributável sujeito e não isento de impostos sobre o rendimento das pessoas colectivas do exercício de 2019 a liquidar em 2020

PROPOSTA

Lançamento de Derrama a aplicar sobre o lucro tributável sujeito e não isento de impostos sobre o rendimento das pessoas coletivas do exercício de 2019 a liquidar em 2020

Considerando:

- O disposto na alínea c) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação, que consagra o produto da cobrança da derrama como uma das receitas municipais;
- O disposto no n.º 1 do artigo 18º do mesmo diploma, segundo o qual "os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5 %, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território"
- Que, nos termos do n.º 22 do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação, a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos dos n.s 2 e 3 do artigo 16º, deliberar a criação de isenções ou de taxas reduzidas de derrama.
- Que, nos termos do n.º 2 do artigo 16º do RFALEI, a Assembleia Municipal, mediante proposta da câmara municipal, aprova regulamento contendo os critérios e condições para o reconhecimento de isenções totais ou parciais, objetivas ou subjetivas, relativamente aos impostos e outros tributos próprios.
- Que, nos termos do n.º 24 do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação, "Até à aprovação do regulamento referido no número anterior, a assembleia municipal pode, sob proposta da câmara municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse (euro) 150 000".
- Que, as deliberações referidas devem ser comunicadas, por via eletrónica, à Autoridade Tributária até ao dia 30 de novembro do ano anterior ao da cobrança por parte dos serviços competentes do Estado, conforme n.º 17 do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação;

Considerando ainda que:

- É essencial manter o apoio municipal à atividade económica, bem como a promoção de novos incentivos ao investimento;
- Há também responsabilidade solidária das empresas desenvolvimento concelhio e tendo em conta a evolução da receita arrecadada e a necessidade de manter uma política fiscal equilibrada e sustentada;
- É possível manter uma diferenciação positiva para as PME's do concelho, favorecendo o seu crescimento, bem como a sua competitividade.

Proponho que a Câmara Municipal delibere, no uso das competências previstas na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à análise, discussão e votação da Assembleia Municipal, no âmbito do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

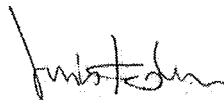
Ao abrigo do n.º 24 do artigo 18.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação:

1 - O lançamento, em 2020, de uma Derrama de 1 % sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas;

2 - A isenção da Derrama em 2020, para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150 000 euros.

Gouveia, 25 de novembro de 2019

O Presidente da Câmara



(Dr. Luís Manuel Tadeu Marques)